

GT – Avaliação da Educação no Contexto Ibero-americano

AVALIAÇÃO EM LARGA ESCALA NOS ESTADOS BRASILEIROS: DAS POLÍTICAS DE COOPERAÇÃO AOS INCENTIVOS FINANCEIROS

EVALUACIÓN EN GRAN ESCALA EN LOS ESTADOS DE BRASIL: LAS POLÍTICAS DE COOPERACIÓN Y LOS INCENTIVOS FINANCIEROS

Erineuda do Amaral Soares, UNISINOS, São Leopoldo, RS, Brasil

Flávia Obino Corrêa Werle, UNISINOS, São Leopoldo, RS, Brasil

RESUMO EXPANDIDO

JUSTIFICATIVA

Este trabalho é resultado do aprofundamento de pesquisa que faz parte da dissertação de mestrado intitulada “Sistema Permanente de Avaliação Básica do Ceará - Alfabetização: Estratégias de acompanhamento de estudantes no contexto da prática”. O objetivo é analisar dois programas oriundos das Políticas de Cooperação na Educação no estado do Ceará que tem como pedra de toque os resultados da avaliação da aprendizagem das crianças que participam dessa avaliação. Buscamos refletir sobre a ampliação dessas políticas, e como os resultados da avaliação de larga escala são conduzidos por tais políticas, inclusive, com premiação e incentivos financeiros.

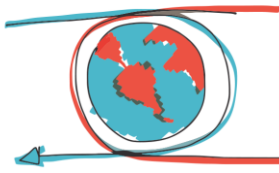
Destarte, compreendemos que a abordagem das políticas de cooperação como fenômeno que motiva a avaliação de larga escala faz-se relevante neste momento, principalmente, porque desvela e traz compreensão do contexto em que essas se manifestam.

Para Marcondes (2005), a análise da educação, os regionalismos e especificidades locais devem ser levados em consideração, de modo que sua comparação possibilite encontrar semelhanças em diferentes sistemas educativos. Para a referida autora “As transformações dos sistemas de ensino são percebidas com maior profundidade na medida em que se pesquisam não apenas os contextos educacionais nacionais, mas também os internacionais, para relacioná-los, compará-los e analisá-los. (MARCONDES, p.147, 2005). Nesse sentido, esperamos que este trabalho possa contribuir com os debates sobre as políticas de cooperação, bonificação e incentivos financeiros e as mudanças que elas vêm produzindo nas políticas avaliativas e, conseqüentemente, nas escolas de todo país.

METODOLOGIA

O estudo ora apresentado buscou trilhar os caminhos teóricos metodológicos da Educação Comparada (EC). Seguimos os princípios implícitos que constituem as políticas públicas educacionais internacionais buscando concatená-las às exigências das avaliações em larga escala, por meio de estudo bibliográfico e análises de documentos legais que amparam a política de cooperação a nível local. Aproxima-se da metodologia utilizada na EC, uma vez que essa abordagem deve firmar-se no contexto educacional como um saber dinâmico e aberto metodologicamente. (FERREIRA, 2008).

ACHADOS



A partir do levantamento bibliográfico é possível afirmar que um marco importante para o regime de colaboração do PAIC, segundo Gusmão e Ribeiro (2011), foi a normatização dos critérios de distribuição da cota-parte dos municípios no Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) que seguem critérios ligados às políticas públicas educacionais, incluindo os resultados das avaliações externas. Existem outros quatro estados que seguem caminhos similares. No entanto, a percentagem destinada à educação não chega a três por cento: Amapá 2,6%, Pernambuco 2% e Minas Gerais 2%. (BRANDÃO, 2014).

No Ceará, um quarto desse imposto (25%), que corresponde à parcela transferida aos municípios (BRANDÃO, 2014), segue os resultados de três índices criados pelo governo cearense: o Índice de Qualidade da Educação (IQE), o Índice de Qualidade da Saúde (IQS), e o Índice de Qualidade do Meio Ambiente (IQM).

Segundo Brandão (2014), o estado do Ceará é o único do país que adotou em sua legislação de distribuição de ICMS apenas critérios relacionados às políticas públicas. Foi, portanto, o estado que deu o maior peso a um critério ligado ao desempenho em políticas educacionais. No caso, 18% voltados para o indicador de resultado de “qualidade” na educação.

Outra política indutora para que as escolas melhorem seus resultados nos índices de desempenho escolar (IDE) do SPAECE é o Prêmio Escola Nota Dez (PEND). O PEND é financiado pelo Fundo Estadual de Combate à Pobreza (FECOP) e administrado pela Secretaria de Educação do Estado do Ceará (SEDUC). (CEARÁ, 2015; CALDERÓN; RAQUEL; CABRAL, 2015). Segundo as autoras, se insere dentro da perspectiva das ações meritocráticas, a partir da mensuração do desempenho escolar, e trabalha com bonificação das escolas que alcançam os melhores resultados, por meio de incentivos financeiros.

LIMITES DA PESQUISA

Quanto às relações de cooperação estimuladas pelo PEND cabem uma investigação das práticas desenvolvidas pelas escolas que não estão entre as melhores nem as ‘piores’ no *ranking* originado pelos resultados dessa avaliação. Seja qual for o motivo dessas instituições não estarem nessas colocações devem ser conhecidos pelos educadores e formuladores de política. Enfim, reforçamos a importância da reflexão e investigação como recurso, para educadores de todos os setores, para atuar de modo consciente em seu âmbito de trabalho.

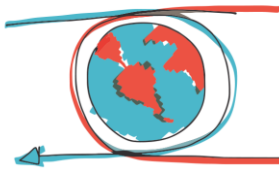
PALAVRAS-CHAVE: avaliação – políticas públicas educacionais – cooperação – educação comparada – premiação.

REFERÊNCIAS

BRANDÃO, Júlia Barbosa. **O rateio de ICMS por desempenho de municípios no Ceará e seu impacto em indicadores do sistema de avaliação da educação**. 2014, Rio de Janeiro 2014. 87f. (Mestrado em Administração) - Fundação Getúlio Vargas - Rio de Janeiro, 2014.

CALDERÓN, Adolfo Ignacio; RAQUEL, Betânia Maria Gomes; CABRAL, Eliane Spotto. O Prêmio Escola nota 10: meritocracia e cooperação para a melhoria do desempenho escolar. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 87, p. 517-540, abr./jun. 2015.

CEARÁ. **Lei nº 15.923, de 15 de dezembro de 2015**. Institui o Prêmio Escola Nota Dez, destinado a premiar as escolas públicas com melhores resultados de aprendizagem no segundo, quinto e nonos anos do Ensino Fundamental. Disponível em: <<https://www.jusbrasil.com.br/diarios/106463698/doece-caderno-1-15-12-2015-pg-6>> Acesso em: 14/04/2016.



FERREIRA, Antonio Gomes. O sentido da Educação Comparada: Uma compreensão sobre a construção de uma identidade. **Educação**, Porto Alegre, v. 31, n. 2, p. 124-138, maio/ago. 2008.

GUSMÃO, Joana Buarque de; RIBEIRO, Vanda Mendes. Colaboração entre estado e municípios para a alfabetização de crianças na idade certa no Ceará. **Cadernos Cenpec**, São Paulo, v.1, n.1, p.09-34, dez., 2011.

MARCONDES, Martha Aparecida Santana. Educação Comparada: perspectivas teóricas e investigações. **ECCOS**, São Paulo, v. 7, n. 1, p. 139-163, jun. 2005.